



Sob repressão, CUT impediu votação do PL 4330 ontem

Muita repressão. Assim foi marcada a terça-feira (03) no Congresso Nacional, em Brasília. Trabalhadores de todo o Brasil lotaram o plenário da Câmara dos Deputados para impedir que o projeto de lei 4330, que regulamenta a terceirização fosse votado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Mas, mesmo com protesto pacífico, houve muita confusão.

A Polícia Militar e Legislativa tentou reprimir o movimento de todas as formas, inclusive com cassetete e gás de pimenta. Houve empurra-empurra, prisão, mas nada impediu que os trabalhadores manifestassem repúdio ao projeto que precariza a mão de obra e ameaça os direitos conquistados com muita luta.

A proposta deve voltar à pauta nesta quarta-feira (04), por isso os

trabalhadores vão manter a presença e aumentar ainda mais a mobilização dos trabalhadores, para barrar esse ataque a seus direitos. A intenção é impedir novamente a votação da proposta.

O PL, da forma como está, precariza o trabalho e favorece somente o empresariado, uma vez que reduz custos e aumenta os lucros ao ampliar a terceirização em todos os setores da empresa, inclusive na atividade principal, conhecida como atividade-fim.

Os Diretores do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região, Laudelino Vieira, Edegar Martins, Walter Ogima e Valdinei Araújo estão em Brasília e engrossam o coro contra o projeto.

Mais detalhes, inclusive da truculência da polícia você acompanha no site do sindicato:

Rodada decisiva nesta quinta

A campanha salarial dos bancários entra em fase decisiva. Nesta quinta-feira (05/09), a Fenaban promete apresentar uma proposta para as reivindicações. A categoria sabe que as organizações financeiras podem atender a pauta e os números provam. Os bancos são os que mais lucram no país. No primeiro semestre, o ganho líquido foi de quase R\$ 30 bilhões. Somente o Banco do Brasil embolsou R\$ 10,03 bilhões,

o melhor resultado da história para o período.

A lucratividade, no entanto, só é repassada para o alto escalão. Um diretor do Itaú, por exemplo, ganha R\$ 9,05 milhões por ano. Nada menos do que R\$ 748 mil por mês. No Bradesco, o cenário é o mesmo. Um executivo tem salário anual de R\$ 5 milhões. Enquanto isso, um caixa recebe, inicialmente, apenas R\$ 1.385,55.

Negociações positivas no 1º semestre

As negociações salariais do primeiro semestre foram positivas, tendência que deve ser confirmada com as campanhas salariais em andamento no segundo semestre. Cerca de 85% das 328 negociações analisadas pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) conquistaram aumento real dos salários. Outros 7% garantiram reajuste igual a inflação do período e apenas 8,5% ficaram abaixo do INPC.

Na comparação entre os setores econômicos, o comércio foi o que apresentou o maior percentual de

reajustes acima da variação da inflação. Cerca de 98% das 45 negociações conquistaram ganhos reais para os salários. Na indústria, o índice acima da inflação foi de 85%, de um universo de 142 reajustes pesquisados, e nos serviços, 79%, de um total de 141 reajustes.

Reajustes em valores idênticos à variação do INPC-IBGE foram mais frequentes no setor de serviços, observados em 11%, e, em menor escala, na indústria, cerca de 5%. No comércio não foram registrados reajustes iguais à inflação.

Ministros do TST são contra o PL-4330

Em uma iniciativa histórica, 19 dos 27 ministros do TST, instância máxima da Justiça Trabalhista, enviaram carta (leia abaixo a íntegra) ao presidente da CCJ, deputado Décio Lima (PT-SC), no dia 27, opinando negativamente sobre o projeto que, segundo eles, aprofunda, generaliza e descontrola a terceirização no país. Os ministros, dentre eles o vice-presidente Antonio José de Barros Levenhagen, criticam a adoção do termo empresa "especializada", o qual permitirá a terceirização em "quaisquer segmentos econômicos ou profissionais, quaisquer atividades ou funções".

Ministério Público aciona Correios e bancos por terceirização ilícita

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ingressou com ação civil pública contra os seis maiores bancos públicos e privados do país (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander e HSBC), mais o Banco Central e os Correios, por prática de "terceirização ilícita e inconstitucional" na contratação de correspondentes bancários, que segundo ele provoca a "redução ou aniquilação dos direitos sociais dos trabalhadores".

O MPT pede o pagamento de indenização por dano moral de R\$ 3,8 bilhões e dumping social de R\$ 2,5 bilhões, em um total de R\$ 6,4 bilhões.

Caixa diz que apresentará proposta global

O Comando Nacional concluiu nesta terça (03), as discussões com a Caixa acerca da pauta de reivindicações específicas da Campanha Salarial 2013.

Os representantes da Caixa disseram que vão apresentar uma proposta global, mas ficaram de informar ao Comando quando irão apresentar, se já nesta semana ou no início da próxima.